

2026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenadoria de Comunicação Social



[TERMO DE REFERÊNCIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTÉRPRETE DE LIBRAS.] Contratação de profissional especializado na prestação de serviços de Intérprete de Libras.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÍNDICE

1. Do Objeto -----	2
2. Da Justificativa -----	2
3. Da Execução Dos Serviços -----	2
4. Da Descrição dos Serviços -----	3
5. Da Fiscalização -----	3
6. Dos Critérios De Aceitação Da Proposta e De Habilitação -----	4
7. Demonstração De Conformidade Dos Serviços -----	4
8. Do Pagamento -----	7
9. Do Reajuste -----	8
10. Das Obrigações Da Contratada -----	7
11. Das Obrigações Da Contratante -----	8
12. Das Penalidades -----	9
13. Do Tratamento Diferenciado Às Microempresas E Empresas De Pequeno Porte -----	14
14. Prazo de Vigência-----	14
15. Disposições Gerais -----	13
16. ANEXO I – PROPOSTA COMERCIAL-----	14

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de profissional especializado na prestação de serviços de tradução interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com cessão de uso de imagem, para atender às demandas institucionais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Coordenadoria de Comunicação Social (CODCOM/MPRJ).

1.2 O serviço compreenderá a gravação de até 72 (setenta e duas) horas de tradução da língua portuguesa para LIBRAS, ao longo do período contratual, conforme demanda, com roteiro pré-definido, a serem executados ao longo de 24 (vinte e quatro) meses.

1.3 As gravações deverão ser realizadas em estúdio, com utilização de técnica de Chroma Key, observadas, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- a) resolução mínima de 1920x1080 pixels (Full HD);
- b) iluminação adequada que possibilite o recorte preciso do Chroma Key;
- c) enquadramento em plano médio;
- d) entrega do material final em formato .mov, com fundo transparente (canal RGB + Alfa).

1.4 Caberá à CONTRATADA a gravação e a edição dos vídeos de tradução em LIBRAS, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, competindo à CONTRATANTE a aplicação da janela de LIBRAS no vídeo institucional final.

1.5 O quantitativo indicado constitui estimativa máxima, não havendo garantia de consumo mínimo, não sendo devida qualquer indenização caso o total estimado não seja integralmente utilizado.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação visa garantir a acessibilidade comunicacional e ampliar o acesso à informação ao público surdo, conforme os princípios da inclusão e da cidadania, atendendo às diretrizes legais e institucionais, especialmente a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Será necessário profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa – TILSP, para tradução de conteúdo em vídeo.

3.2 Os serviços serão executados conforme demanda da CONTRATANTE, sem fixação de duração mínima ou máxima por vídeo, respeitado o limite total estimado de 4.320 minutos (72 horas) contratados, não havendo garantia de quantitativo mínimo mensal.

3.3 A CONTRATANTE encaminhará os vídeos full HD e a CONTRATADA deverá devolvê-los após realizado o trabalho, em até 1 (um) dia útil após o recebimento do material, também em alta resolução.

3.4 Caso haja necessidade de envio de mais de um vídeo no mesmo dia, o prazo para a entrega permanecerá sendo de 1 (um) dia útil, para cada vídeo, sendo a ordem de prioridade de edição sinalizada pela equipe da CODCOM/MPRJ.

3.5 O envio dos vídeos à CONTRATADA, para tradução interpretação da Língua Brasileira de Sinais -, ocorrerá em dias úteis, em horário comercial, das 08h às 19h.

3.6 Caso não haja possibilidade técnica para inserção de quaisquer recursos de acessibilidade nos vídeos enviados, a CONTRATANTE deverá ser comunicada por escrito, por meio de correio eletrônico, dos motivos que impedem a execução completa do serviço.

3.7 Os profissionais de LIBRAS deverão estar vestidos com traje social, em cor neutra, de preferência preta.

3.9 As gravações serão executadas conforme a demanda, dentro do prazo estipulado para execução do contrato (24 meses).

3.10 Durante o período de execução do contrato (24 meses) poderá ser executado ou não o total de horas contratadas 72h (setenta e duas horas), não sendo cabível o pagamento de indenização à empresa contratada na hipótese de o total de horas não ser demandado.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Caberá a CONTRATADA a gravação e edição do vídeo da tradução para libras em Chroma Key com resolução de pelo menos 1920x1080 (Full HD), com iluminação suficiente para recorte do Chroma key, com enquadramento em plano médio, no formato .mov, com fundo transparente (RGB+ALFA) e caberá a CONTRATANTE a aplicação da janela de LIBRAS no vídeo.

4.2 Inclui-se no objeto a cessão de uso de imagem e voz para utilização institucional dos materiais produzidos.

5. DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

5.1 A fiscalização do objeto deste Termo de Referência será exercida pela CONTRATANTE, por meio da Coordenadoria de Comunicação Social (CODCOM/MPRJ).

5.2 A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

5.3 Qualquer deficiência na prestação do serviço será imediatamente comunicada à CONTRATADA pela equipe fiscalizadora, formada por 2 (dois) servidores do setor, visando a manter a regularidade e eficiência na prestação do serviço.

5.4 Em caso de ocorrência de qualquer falha na prestação do serviço, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa conforme o item 11, Tabelas I e II, deste Termo de Referência.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

6.1 A proposta deverá conter: descrição clara do objeto, valor por minuto e por hora de vídeo, bem como o valor total proposto para a licitação.

6.2 O custo decorrente da prestação dos serviços, bem como quaisquer ônus, taxas e emolumentos previstos em Lei que recaiam sobre o objeto do contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA.

6.3 A proposta deverá ser encaminhada conforme o modelo constante do Anexo I.

6.4 Antes da etapa de adjudicação e homologação do pregão, a licitante, classificada em primeiro lugar, deverá disponibilizar:

6.4.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a CONTRATADA prestou serviço de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

6.4.1.1 Os atestados, acima descritos, devem referir-se a contratos já completamente executados pela licitante. Em caso de prorrogação contratual, tal circunstância deverá constar expressamente dos atestados, indicando o prazo inicialmente pactuado e atestando o pleno e satisfatório adimplemento pela licitante.

6.4.2 A licitante vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, Atestado de Responsabilidade Técnica e/ou documentação comprobatória da qualificação dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução dos serviços, demonstrando experiência profissional compatível com o objeto da contratação.

6.4.3 O não atendimento, após eventual diligência saneadora quando cabível, poderá acarretar desclassificação.

6.5 Além da documentação supracitada, antes da etapa de adjudicação e homologação do pregão, a licitante, classificada em primeiro lugar, deverá ser aprovada na etapa de demonstração da conformidade dos serviços, conforme previsto no item 7.

7. DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

7.1 – A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, 5 (cinco) vídeos já produzidos anteriormente, com temáticas distintas, demonstrando experiência na prestação de serviços de interpretação em LIBRAS.

7.1.1 O prazo para envio dos vídeos será de 24h (vinte e quatro horas) após notificação do órgão fiscalizador do MPRJ.

7.2 A avaliação da prestação dos serviços será realizada com base nos seguintes critérios:

- Pontualidade na entrega dos vídeos com janela de LIBRAS;
- Fidelidade ao conteúdo original, respeitando o roteiro fornecido;
- Postura profissional do intérprete, incluindo vestimenta adequada e comportamento ético;
- Qualidade técnica da gravação, incluindo iluminação, enquadramento e resolução;
- Clareza e fluência na interpretação em LIBRAS.

7.3 Será considerada apta a licitante que atender a todos os critérios estabelecidos na Prova de Conformidade dos Serviços, conforme a tabela abaixo.

7.3.1 – A Coordenadoria de Comunicação Social (CODCOM/MPRJ) terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento dos vídeos, para avaliar a Demonstração de Conformidade dos Serviços apresentada pela licitante.

Por meio de mensagem no sistema compras.gov.br, será divulgado o local e horário de realização da avaliação da Demonstração de Conformidade dos Serviços, cuja presença será

facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, por meio de solicitação via e-mail codcom@mprj.mp.br.

O resultado da avaliação da Demonstração de Conformidade dos Serviços será disponibilizado ao licitante que assim o solicitar por meio do e-mail codcom@mprj.mp.br.

7.3.2 – Caso os itens listados na planilha abaixo não sejam 100% atendidos, a empresa será desclassificada do certame, consoante o que preceitua o artigo 59 da Lei nº. 14.133/21;

7.3.2 Antes da eventual desclassificação, poderá ser concedido prazo para esclarecimento ou saneamento de falhas formais que não alterem a substância da comprovação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ATRIBUIÇÕES MPRJ			
<p>O Ministério Público, consoante o art. 127, caput, da Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.</p> <p>É configurado, no Brasil, como instituição autônoma e independente, que não está subordinada aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, o que lhe garante condições de fiscalizar de forma mais efetiva o cumprimento da lei.</p> <p>A finalidade de sua existência, como diz o próprio texto constitucional, é a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, isto é, a função de defesa da sociedade no regime democrático instituído pela Constituição de 1988, tendo sua atuação comprometida com a defesa da cidadania e da dignidade da pessoa humana.</p>			
ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDE	
		SIM	NÃO
1	A empresa entregou todos os vídeos solicitados?	()	()

2	A empresa entregou os vídeos com temáticas distintas?	()	()
3	A empresa entregou os vídeos no prazo?	()	()
4	A empresa entregou os vídeos com o serviço de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).	()	()

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado mediante aceite da nota de empenho e emissão de nota fiscal, com base nos minutos efetivamente produzidos, aceitos e atestados pela fiscalização.

8.2 O pagamento será efetuado após o adimplemento, pela CONTRATADA, dos serviços contratados, no prazo de 20 (vinte) dias, contado do atesto emitido pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE na nota fiscal.

8.3 O pagamento se dará por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada na proposta comercial.

8.4 O MPRJ reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

8.5 Não haverá atesto em Nota Fiscal para serviço prestado em desacordo com o presente Termo de Referência, ensejando assim ausência de pagamento da parcela correspondente.

9. DO REAJUSTE

9.1 Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento estimado da contratação, conforme critério adotado no instrumento convocatório, mediante aplicação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observada a legislação vigente

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133/21, as seguintes:

10.2 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado para o exercício das funções contratadas.

10.3 Realizar a roteirização, tradução interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em vídeo, a fim de produzi-los de acordo com o padrão de qualidade observável no mercado.

10.4 Atender às recomendações quanto ao traje, estipulado no item 3.7.

10.5 Providenciar a cessão total e definitiva dos direitos de uso de imagem e voz do intérprete, por prazo indeterminado, em território nacional e internacional, para qualquer meio de veiculação.

10.6 Entregar ao CONTRATANTE arquivo dos vídeos com resolução de pelo menos 1920x1080 (Full HD), no formato .mov, com fundo transparente (RGB+ALFA) .

10.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

10.8 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, consoante o que preceitua o inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/21;

10.9 Executar fielmente o serviço, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

10.10 Informar imediatamente ao CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação do CONTRATANTE com a CONTRATADA.

10.11 A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações, imagens, roteiros e conteúdos acessados durante a execução dos serviços, especialmente aqueles que envolvam dados sensíveis ou de caráter institucional restrito.

10.12 É vedada a reprodução, divulgação ou compartilhamento de qualquer conteúdo produzido ou acessado, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

10.13 A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas para garantir a segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

10.14 A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitada, a regularidade trabalhista e previdenciária dos profissionais vinculados à execução contratual.

10.15 Quaisquer dúvidas quanto aos serviços prestados, deverá ser consultada a equipe técnica da CODCOM/MPRJ.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Fiscalizar permanentemente a execução contratual, relacionando-se com a CONTRATADA de forma transparente e leal, com vistas à realização do escopo contratual.

11.2 Designar o servidor responsável pela gestão contratual, com poderes para tratar dos assuntos atinentes à execução do contrato, o qual deverá comunicar, por escrito, à autoridade competente todos os fatos cuja decisão, na forma da lei, depender da Administração do MPRJ, instruindo os respectivos autos.

11.3 Em caso de vícios, defeitos ou execução irregular, o MPRJ determinará à CONTRATADA a reexecução dos serviços, respeitando o prazo de correção determinado no item 3.3, de modo a adequá-los às especificações deste projeto, sem custo para o CONTRATANTE.

11.4 Rejeitar a nota fiscal para o serviço que não atenda aos requisitos constantes do Termo de Referência;

11.5 Notificar a CONTRATADA sobre falhas ou irregularidades na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.6 Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos no contrato;

11.7 A CONTRATANTE se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.

12. DAS PENALIDADES

12.1 As irregularidades serão averiguadas pelo Órgão Fiscalizador e este encaminhará à CONTRATADA notificação para que esta as sane dentro dos prazos estipulados;

12.2 Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da Lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

a) Advertência;

b) Multa;

12.3 A pena de multa será aplicada, conforme a graduação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:

TABELA 1

GRAU	BASE DE CÁLCULO	VALOR
01	Valor por minuto do serviço relativo ao vídeo.	1% sobre o valor do minuto pago à contratada relativo ao vídeo.

02	Valor por minuto do serviço relativo ao vídeo.	3% sobre o valor do minuto pago à contratada relativo ao vídeo.
03	Valor por minuto do serviço relativo ao vídeo.	5% sobre o valor do minuto pago à contratada relativo ao vídeo.
04	Valor por minuto do serviço relativo ao vídeo.	7% sobre o valor do minuto pago à contratada relativo ao vídeo.

TABELA 2

Descrição	Ocorrências	Grau
A cada hora atrasada na entrega do vídeo para primeira avaliação corresponde a uma ocorrência.	1 a 2 ocorrências	1
	3 a 5 ocorrências	2
	6 a 9 ocorrências	3
	10 a 11 ocorrências	4

A cada hora atrasada na entrega das correções do vídeo corresponde a uma ocorrência.	1 a 2 ocorrências	1
	3 a 5 ocorrências	2
	6 a 9 ocorrências	3
	10 a 11 ocorrências	4
Condutas não previstas nos itens desta tabela, mas que reflitam descumprimento contratual.	1 a 2 ocorrências	1
	3 a 5 ocorrências	2
	6 a 9 ocorrências	3
	10 a 11 ocorrências	4

12.4 A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades legalmente estabelecidas.

12.5 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21.

12.6 Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato ou do empenho;

12.7 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos relacionados nos incisos II, III, e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.8 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos relacionados nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

12.9 Consideram-se passíveis da sanção de advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.10 O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.11 Será declarada inidônea a CONTRATADA que praticar condutas altamente reprováveis e que acarretem graves prejuízos ao CONTRATANTE e/ou à Administração Pública, tais como os crimes tipificados no CAPÍTULO II-B da Lei n. 14.133/21, assim como conluíus, fraudes, falsidades e quaisquer outras condutas que venham a frustrar os objetivos e os princípios da licitação e contratação públicas.

12.12 As multas previstas na Tabela II podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

12.13 Nota explicativa: Nos termos do art. 156, §3º da Lei nº 14.133/21, a multa deve ser prevista em percentual entre 0,5% e 30% do valor do contrato.

13. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 Será observado, no que couber, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, bem como da legislação correlata.

13.2 Considerando a natureza especializada do objeto e a necessidade de ampliação da competitividade, a contratação não será realizada, neste momento, em regime de participação exclusiva, sem prejuízo da aplicação dos benefícios legais cabíveis durante o certame.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições contratuais.

14.2 A adoção do prazo de 24 (vinte e quatro) meses justifica-se pela natureza continuada da necessidade administrativa, consistente na produção recorrente de conteúdos audiovisuais institucionais acessíveis, pela previsibilidade de demanda mensal, pela busca de maior eficiência administrativa e pela redução de custos decorrentes da repetição anual de procedimentos licitatórios.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

Jonas Cruz e Silva
Supervisor Criação CODCOM/MPRJ
Matrícula 3326

ANEXO I
PROPOSTA COMERCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE
NOME:
CNPJ:
ENDEREÇO:
CONTATO:
E-MAIL:
TELEFONE:

OBJETO: Tradução de vídeos, da língua portuguesa para LIBRAS, de campanhas Institucionais produzidas pela CODCOM/MPRJ, no período de execução do contrato.

PAGAMENTO: Depósito em Conta Corrente, mediante aceite de nota de empenho e emissão de nota fiscal.
* O valor total da proposta deverá incluir os custos com possíveis encargos trabalhistas e tributários relativos à prestação do referido serviço.

VALIDADE DA PROPOSTA:

SERVIÇO	PREÇO POR MINUTO	PREÇO POR HORA	PREÇO PARA 72H
Intérprete de Libras			

Rio de Janeiro, ____ de abril de 2026.